

## Atos Oficiais

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PIRES

Em atendimento ao artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/1993:

**CONTRATADO: OBRA NOBRE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, 466/2022, contratação de empresa para revitalização do Mirante Santo Antônio, R\$ 4.854.300,00, 05/10/2022, PC 4853/2022. CONTRATADO: M THOMAZ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, 467/2022, contratação de empresa para reforma da Praça Central Vila do Doce - Convênio n.º 102071/2022, R\$ 1.817.125,82, 05/10/2022, PC 4515/2022. CONTRATADO: M THOMAZ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, 468/2022, contratação de empresa para Iluminação do Boulevard Gastronômico - Convênio n.º 101657/2022, R\$ 258.281,89, 05/10/2022, PC 4515/2022. CONTRATADO: CASAMAX COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, 469/2022, contratação de empresa para execução de obras de infraestrutura viária - Programa Nossa Rua - Convênio 102070/2022, R\$ 23.507.856,77, 06/10/2022, PC 4516/2022. CONTRATADO: PARC - PROJETOS E CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI, 470/2022, contratação de empresa para construção de mirante, área de lazer e convivência no Morro São José - Convênio n.º 102134/2022, R\$ 1.571.577,30, 06/10/2022, PC 4438/2022.**

PORTARIA Nº. 34.793, DE 06 DE SETEMBRO DE 2022. REVOGAR a Portaria nº. 32.910, de 01 de Junho de 2022 e NOMEAR o funcionário abaixo relacionado como Responsável pela Auditoria no Componente SNA (Sistema Nacional de Auditoria), a contar de 09 de Março de 2022.

-Anderson Kenji  
Processo nº. 11477/2009

PORTARIA Nº. 34.809, DE 09 DE SETEMBRO DE 2022. REVOGAR a Portaria nº. 34.451, de 30 de Maio de 2022 e APURAR em face do funcionário JOSÉ DAVID SIMÕES DE MORAES, Guarda Civil Municipal, lotado na Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, suposta violação aos itens 61 e 68 do Parágrafo Único do Artigo 13, da Lei nº. 6.439, de 03 de Dezembro de 2019, á vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 756/2020. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, nomeada por meio da Portaria 34.175, de 25 de Março de 2022, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período. Presidente: APARECIDO DO CARMO MEIRA

Membros: ANTONIO CARLOS DE BRITO ARAÚJO  
CRISTIANO DE SOUZA DA SILVA  
Processo nº 756/2020

PORTARIA Nº. 34.812, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022. EXONERAR a pedido, a funcionária TEREZA RAQUEL ANDRADE VIEIRA SILVA, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 50.251.236-2 e CPF nº. 015.660.703-41, do cargo de Agente Escolar, regime estatutário, provimento efetivo, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, a contar de 08 de Setembro de 2022. Processo nº. 1718/2022

PORTARIA Nº. 34.849, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022. EXONERAR o funcionário JOÃO LUIZ DE LIMA, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 23.977.540-5 e CPF nº. 387.638.504-00, do cargo de Chefe de Centro de Treinamento Técnico, regime estatutário, provimento efetivo, lotado na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, a contar de 15 de Setembro de 2022. Processo nº. 6556/2021

PORTARIA Nº. 34.850, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022. REVOGAR as Portarias nº 32.846, de 17 de Maio de 2021, nº. 34.582, de 07 de Julho de 2022, AFASTAR o funcionário ANTONIO CARLOS DE BRITO ARAUJO, do cargo efetivo de Guarda Civil Municipal e NOMEAR ANTONIO CARLOS DE BRITO ARAUJO, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 309193862 e CPF nº. 457.983.033-49, para exercer em comissão o cargo de Inspetor Chefe da Guarda Civil, lotado na Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, a contar de 01 de Setembro de 2022. Processo nº. 5912/2008

PORTARIA Nº. 34.851, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022. REVOGAR as Portarias nº 32.842, de 17 de Maio de 2021, nº. 34.578, de 05 de Julho de 2022, RETORNAR o funcionário APARECIDO DO CARMO MEIRA ao cargo efetivo de Guarda Civil Municipal, AFASTAR o funcionário APARECIDO DO CARMO MEIRA, do cargo efetivo de Guarda Civil Municipal e NOMEAR APARECIDO DO CARMO MEIRA, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 15.686.669-9 e CPF nº. 069.052.368-88, para exercer em comissão o cargo de Comandante da Guarda Civil Municipal, lotado na Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, a contar de 01 de Setembro de 2022. Processo nº. 858/1997

PORTARIA Nº. 34.854, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022. EXONERAR o funcionário ALESSANDRO CARDOSO, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 256894978 e CPF nº. 267.046.248-05, do cargo de Responsável de Equipe de

Atendimento ao Usuário, regime estatutário, provimento em comissão, lotado na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, a contar de 15 de Setembro de 2022. Processo nº. 647/2019

PORTARIA Nº. 34.856, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022. EXONERAR o funcionário MATHEUS SILVEIRA CERNADA DA CUNHA, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 50544804X e CPF nº. 389.641.678-21, do cargo de Chefe de Equipe de Patrimônio, regime estatutário, provimento em comissão, lotado na Secretaria Chefe de Gabinete do Prefeito, a contar de 16 de Setembro de 2022. Processo nº. 161/2021

PORTARIA Nº. 34.858, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022. EXONERAR a funcionária CARLA SAYURI UEDA, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 52.637.910-8 e CPF nº. 441.793.798-21, do cargo de Responsável de Equipe de Atendimento ao Usuário, regime estatutário, provimento em comissão, lotada na Secretaria de Governo, a contar de 15 de Setembro de 2022. Processo nº. 5157/2022

PORTARIA Nº. 34.860, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022. EXONERAR a pedido, a funcionária MEIRE GONÇALVES, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 19.115.533-0 e CPF nº. 155.318.398-39, do cargo de Dirigente de Unidade Básica de Saúde, regime estatutário, provimento em comissão, lotada na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 19 de Setembro de 2022. Processo nº. 1684/2021

PORTARIA Nº. 34.861, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022. AFASTAR o funcionário FABIO PACHECO FIDENCIO, do cargo efetivo de Guarda Civil Municipal e NOMEAR FABIO PACHECO FIDENCIO, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 41.693.750-0 e CPF nº. 308.052.928-61, para exercer em comissão o cargo de Subcomandante da Guarda Civil Municipal, lotado na Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, a contar de 13 de Setembro de 2022. Processo nº. 5919/2008

PORTARIA Nº. 34.869, DE 26 DE SETEMBRO DE 2022. REVOGAR a Portaria 33.023, de 11 de Junho de 2021 e NOMEAR o funcionário MAURÍCIO NAGAIASSU, portador da Cédula de Identidade R.G. Nº 10756581 e CPF nº. 079.973.088-22, Encarregado de Serviços, lotado na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, para exercer Função de Confiança, recebendo gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre a referência de seu salário, nos termos do Artigo 35, Inciso II, da Lei Municipal nº. 6.291/2018, a contar de 01 de Setembro de 2022. Processo nº. 3687/2004

PORTARIA Nº. 34.913, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022. NOMEAR FABIO HENRIQUE DOS SANTOS, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 29.418.223-8 e CPF nº. 291.582.568-81, para exercer em comissão o cargo de Assessor do Chefe de Gabinete do Prefeito, lotado na Secretaria Chefe de Gabinete do Prefeito, a contar de 15 de Setembro de 2022. Processo nº. 6545/2022

PORTARIA Nº. 34.915, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022. REVOGAR a nomeação do funcionário CHRISTIAN MORANZA DI CICCIO, no cargo de Subsecretário, regime estatutário, provimento em comissão, lotado na Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social, realizada pela Portaria nº. 32.832, de 11 de Maio de 2021 e NOMEAR CHRISTIAN MORANZA DI CICCIO, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 328632260 e CPF nº. 280.456.258-13, para exercer em comissão o cargo de Secretário Municipal, lotado na Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social, a contar de 05 de Outubro de 2022. Processo nº. 180/2021

**CONVOCATÓRIA DA 139ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEMA.** Data: 19 de Outubro de 2022 (Quarta-feira). Horário: 15hs. Local: Sala de Reuniões Virtual (Aplicativo ZOOM). COMDEMA está convidando você para uma reunião Zoom agendada. Entrar na reunião Zoom: <https://us02web.zoom.us/j/81740660285>. ID da reunião: 817 4066 0285. Lembrando que, o microfone e a câmera devem estar devidamente ligados e funcionando, e deverá possuir som para poder ouvir, ou através de fones de ouvido. **Pauta da reunião:** - Aprovação da ata da 138ª Reunião Ordinária do COMDEMA; - Apresentação do Projeto “Ampliação da coleta seletiva e destinação correta dos resíduos sólidos por meio da implantação de ecopontos nas sub-bacias Taiaçupeba e Billings”, aprovado no FEHIDRO; - Esclarecimentos referentes às obras da rodoviária com a participação de representantes da Secretaria de Obras; - Informes e definição de pautas para a próxima reunião ordinária. Para mais informações a respeito deste assunto, poderá ser solicitado através do e-mail: [comdema.rp@gmail.com](mailto:comdema.rp@gmail.com). Contamos com sua participação! Secretaria Executiva do COMDEMA.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ABERTURA DA SELEÇÃO PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.**

**O MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, através da Secretária de Educação e Cultura, Rosi Ribeiro de Marco e nos termos da Lei Nº 4.108, de 24 de outubro de 1997, torna público a classificação dos inscritos para o Processo Seletivo de contratação de Estagiários do curso superior de Pedagogia.**

• PEDAGOGIA

Classificação	NOME COMPLETO DO CANDIDATO:
1	Grazielle de Oliveira Silva
2	Sara Regina dos Santos
3	Ursulla Bramigk Aguiar
4	Marta Carvalho de Figueiredo
5	Julia Anjos Santiago
6	Marta Floro da Silva
7	Victoria de Figueiredo Oliveira
8	Márcia Lucia de Brito Soares
9	Andressa Alves dos Anjos
10	Drielly bezerra da silva cordeiro
11	Ester Maria dos Santos
12	Suzi Mari de Araújo
13	Sheila Oliveira da Silva Tognetti
14	Angélica Chagas de Araújo
15	Luci Dias
16	Thatiana Carolina Martins Prado
17	Fabiana Barbosa da Silva
18	Mariane Morgado da Silva
19	Aline de Souza Lima
20	Thamiris Rodrigues de Oliveira
21	Fabiana Lima Albarado
22	Carla Denami
23	Fabiola Da Silva Fortunato
24	Silvia Teixeira Caetano
25	Caroline Oliveira de Matos
26	Priscila Jaci Bendazzoli Zorzenon
27	Tamires ascencio da silva
28	Laila de Oliveira Silva Rodrigues
29	Carolina Maria Do Nascimento Silva
30	Juliane Melo de Aguiar
31	Renata Rodrigues Maria
32	Michelle Chaves Ferreira Alves
33	Paloma Esteves Ferreira
34	Cibele Rodrigues da Silva Siqueira
35	Tainan Gonçalves da Silva
36	Bruna de Oliveira Avila Silva
37	Selma Maria Hungria Pinto de Macedo
38	Jaqueline Domingos da Costa Nunes
39	Keliane Moreira de Sampaio
40	Leticia Santos da Fonseca

41	Davi de Oliveira Mendes
42	Leidiane Soares Ribeiro
43	Ester Souza Araújo
44	Jackeline Alves dos Santos
45	Gislaine Miriam Dias França
46	Mônica Marta de Paiva Mendonça Silva
Indeferido	ADRIANA DE SOUZA COSTA
Indeferido	Alessandra Bento Lima da Silva
Indeferido	Alessandra Ortiz de Moraes
Indeferido	Amanda Maria Alencar Borges
Indeferido	Andréia Pereira Dos Santos Costa
Indeferido	Beatriz Anacleto
Indeferido	Bruna Mayara Ramos Vieira
Indeferido	Cleidemar Carmo Sena
Indeferido	Daniela de Assis Maciel
Indeferido	Fabiane dos Santos Oliveira
Indeferido	Fernanda gergye dos Santos
Indeferido	Franciele de Oliveira Maximino
Indeferido	Jennifer Santos de Souza
Indeferido	July any da Silva
Indeferido	Karina Nidia Giraldi Ribeiro
Indeferido	Laiane Mara da Costa Souza
Indeferido	Letícia Cristina Peixoto dos Santos
Indeferido	Marcia hilário de Paula Silva
Indeferido	Maria da Conceição Alexandre
Indeferido	Marlene Alves Martins Carvalho
Indeferido	Natana de Franca Costa
Indeferido	Nayara Rodrigues Cardoso Paiva
Indeferido	Religlécia de Oliveira Silva
Indeferido	Rosângela Valentim de Sousa Santos
Indeferido	Simone Pinto de Moraes
Indeferido	Stephanie Aparecida de Melo dos Santos
Indeferido	Taciane da Costa Salvador Linhares
Indeferido	Taiane Franca dos Santos Lima
Indeferido	Thalita Renata Moreira Winovich
Indeferido	Thayna de Carvalho Rodrigues Chrisoste
Indeferido	Uiara Silva de Araújo

**DECRETO Nº 7.339, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022.**

**Regulamenta o procedimento administrativo da arrecadação de imóveis abandonados, pelo Município de Ribeirão Pires, nos termos instituídos pela Lei Municipal 6.788, de 12 de agosto de 2022.**

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**, Prefeito interino do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

**Considerando** a necessidade de padronização e celeridade dos trabalhos, visando a eficiência da Administração Pública, conforme mandamento esculpido no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal;

**Considerando** a necessidade de atualização, aperfeiçoamento e empreendimento de maiores mecanismos de controle da gestão dos bens próprios do Município e, em especial, disposição do artigo 68-A, da Lei Orgânica do Município e

**Considerando** a disposição do artigo 48, IV, da Lei Orgânica do Município de Ribeirão Pires, bem como a disposição da Lei Municipal 6.573/2021,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Os bens imóveis urbanos privados e abandonados, cujos proprietários não tenham a intenção de conservá-los em seu patrimônio, ficam sujeitos à arrecadação pelo Município na condição de bem vago, nos termos do artigo 1.275, inciso III e artigo 1.276, *caput* e § 2º, ambos do Código Civil, do § 2º do artigo 64, da Lei Federal nº 13.465/2017 e das disposições da Lei Municipal 6.788, de 12 de agosto de 2022.

**Parágrafo único.** Procedida a arrecadação do bem vago, pelo Município, na forma prevista pela Lei 6.788, será procedida a inclusão deste ao acervo patrimonial municipal.

**Art. 2º.** Será o bem imóvel considerado passível de arrecadação quando verificadas, concorrentemente, as seguintes hipóteses:

- I – o proprietário não possui a intenção de conservá-lo em seu patrimônio;
- II – o imóvel encontrar-se abandonado;
- III – inadimplemento dos ônus fiscais sobre a propriedade predial e territorial urbana, por cinco anos; e
- IV – o imóvel não estiver na posse de outrem.

**Parágrafo único.** Haverá presunção de que o proprietário não tem mais intenção de conservar o imóvel em seu patrimônio quando, cessados os atos de posse, este não adimplir os ônus fiscais instituídos sobre a propriedade predial e territorial urbana, por cinco anos, mesmo quando notificado pela Administração a respeito de sua mora.

**Art. 3º.** A Procuradoria-Geral do Município providenciará a autuação de processo administrativo para tratar da arrecadação, de ofício, mediante denúncia ou a requerimento de qualquer parte.

**§ 1º.** Na abertura ou andamento do processo administrativo, deverá ser verificada as condições especificadas dos incisos do artigo 2º da Lei Municipal nº 6.788/22.

**§ 2º** A Procuradoria-Geral do Município deverá juntar aos autos ficha cadastral do imóvel, extrato de débitos com relação de eventuais processos ajuizados, foto aérea do imóvel e outros documentos que auxiliem a verificar a condição exposta no artigo 2º da Lei Municipal nº 6.788/22.

**Art. 4º.** Instruído inicialmente o processo administrativo, a Procuradoria-Geral do Município encaminhará o mesmo para o Setor da Central de Atualização Cadastral (CAC), que deverá encaminhar para a fiscalização providenciar relatório circunstanciado nos termos dos incisos III e IV do § 3º do artigo 3º da Lei 6.788/22 conforme Anexo I deste decreto.

**Art. 5º.** Após os procedimentos estabelecidos no artigo anterior, os autos deverão retornar a CAC para conferência e instrução documental nos termos dos incisos do § 3º do artigo 3º da Lei 6.788/22.

**§ 1º.** A CAC, se necessário, poderá solicitar das equipes de fiscalização da Secretaria de Finanças e Administração o complemento de diligências no imóvel em potencial situação de abandono.



**§2º.** A CAC deverá encaminhar minuta para publicação nos termos do § 2º do artigo 3º da Lei 6.788/22.

**Art. 6º.** Devidamente instruído o processo administrativo em questão, a CAC deverá providenciar a notificação do responsável nos termos do artigo 4º e parágrafos da lei Municipal nº 6.788/22.

**Parágrafo único.** Expirado o prazo estabelecido no § 1º do artigo 4º da Lei Municipal nº 6.788/22, mantendo-se inerte o(s) responsável(is), poderá ser fixada placa indicativa no imóvel informando sobre a condição de arrecadação do mesmo por abandono.

**Art. 7º.** Não ocorrendo a composição sobre os débitos do imóvel, a CAC providenciará nova notificação específica, nos termos do §2º do artigo 4º da lei 6.788/22, para contraditório e impugnação no prazo de 30 (trinta) dias.

**§1º.** Havendo impugnação de quem de direito, os autos serão encaminhados à PGM, para manifestação jurídica pormenorizada sobre as questões de fato e de direito que vierem a ser formuladas e decisão.

**§2º.** Não havendo impugnação no prazo legal, a CAC encaminhará os autos a Dívida Ativa que suspenderá os lançamentos tributários incidentes sobre o imóvel em potencial situação de abandono

**§3º.** Posteriormente, a Dívida Ativa encaminhará os autos à Procuradoria Geral do Município para suspensão de eventuais processos executivos em trâmite.

**Art. 8º** A Secretaria de Assuntos Jurídicos, confeccionará e encaminhará para publicação, Decreto Executivo a que faz menção o artigo 7º da Lei Municipal 6.788/2022.

**Art. 9º.** Com a publicação do Decreto especificado no artigo anterior, o bem imóvel será declarado vago e arrecadado, possibilitando ao Município entrar na posse direta do bem de pleno direito.

**§1º.** Com o ingresso do Município na posse direta do imóvel, decorrente da arrecadação do mesmo, se iniciará o prazo de 3 (três) anos que alude o art. 1.276, do Código Civil, para a convalidação da plena propriedade do bem pelo Município.

**§2º.** A declaração de bem abandonado, vago e arrecadado implica na suspensão dos lançamentos tributários futuros.

**§3º.** Os efeitos estipulados nos parágrafos anteriores, a princípio não implicam em suspensão ou anulação dos lançamentos tributários já realizados e cobranças dos exercícios anteriores em trâmite, sendo que, considerando as condições do imóvel e incidência tributária, os mesmos poderão ser cancelados em razão de nulidade dos mesmos.

**Art. 10.** A Procuradoria Geral do Município solicitará ao Cartório de Registro de Imóveis de Ribeirão Pires a averbação na matrícula do imóvel declarado vago e arrecadado.

**Art. 11.** Na hipótese de o proprietário reivindicar a posse do imóvel arrecadado, no transcorrer do triênio atinente a convalidação da propriedade do bem no acervo de bens do Município, a retomada da posse será condicionada a realização, pelo responsável tributário, em favor do Município, das seguintes condições:

I – Pagamento integral dos tributos incidentes sobre o imóvel, inclusive aqueles que por ventura estiverem suspensos, acrescidos dos encargos legais na forma da legislação vigente, custas, despesas processuais, honorários advocatícios e demais encargos legais da dívida incidente sobre o imóvel.

II – Ressarcimento de eventuais despesas e benfeitorias realizadas pelo Município em razão da posse provisória;

III – Apresentação de plano de revitalização e ocupação do imóvel, a ser executado no prazo máximo de 12 (doze) meses.

**Parágrafo único.** Além das condições estabelecidas neste artigo, a retirada do imóvel objeto de processo de arrecadação de que trata esta lei será precedida de autorização do Secretário de Assuntos Jurídicos, mediante parecer jurídico fundamentado.

**Art. 12.** Na fluência do prazo estabelecido no §1º, do artigo 7º, da Lei 6.788/2022, os autos administrativos deverão ser mantidos sob a guarda no setor de dívida ativa em arquivo provisório, aguardando provocação.

**Art. 13.** A Procuradoria-Geral do Município, por via do setor de Dívida Ativa, poderá formalizar termo de parcelamento da dívida mesmo para os imóveis declarados bens arrecadados pelo Município, desde que não passados 3 (três) anos da publicação do decreto baixado pelo Chefe do Poder Executivo na imprensa oficial, sendo defesa a

formalização de parcelamento quando passado referido prazo, eis que, na hipótese, ter-se-á como ocorrida a circunstância prevista pelo artigo 11 da Lei Municipal 6.788/2022.

§1º. Mediante requerimento dirigido à Procuradoria-Geral do Município (Dívida Ativa), será permitido, para as dívidas inscritas ou não em dívida ativa - ajuizadas ou não - a adoção de parcelamento, que serão limitados a 60 (sessenta) parcelas, com recolhimento prévio e paralelo dos eventuais encargos processuais existentes.

§2º. O requerimento descrito no parágrafo 1º implicará em efeito de confissão irretratável da dívida, reconhecendo o contribuinte ou responsável a sua certeza e liquidez, e a expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos;

§3º. Deferido o pedido, a Procuradoria-Geral do Município, através do setor de Dívida Ativa, calculará, na data da assinatura do termo, o valor consolidado do débito que abrangerá o principal e seus acréscimos legais, inclusive encargos processuais, custas judiciais, despesas reembolsáveis e honorários advocatícios;

§4º. O parcelamento será automaticamente cancelado, independentemente de notificação, quando houver qualquer atraso superior a 2 (duas) parcelas alternadas ou não.

§5º. O cancelamento do parcelamento implicará no prosseguimento imediato da ação de arrecadação, independentemente de qualquer outra providência administrativa;

**Art. 14.** A Administração Pública poderá realizar, diretamente ou por meio de terceiros, os investimentos necessários para que o imóvel arrecadado atinja prontamente os objetivos sociais a que se destina.

§1º. Os imóveis arrecadados pelo Município poderão ser destinados aos programas habitacionais, à prestação de serviços públicos, ao fomento da Reurb-S ou serão objeto de concessão de direito real de uso a entidades civis que comprovadamente tenham fins filantrópicos, assistenciais, educativos, esportivos ou outros, no interesse do Município.

§2º. Enquanto não definida a destinação a ser dada ao imóvel, caberá à Administração Municipal, através de seu corpo de fiscalização, a conservação e vigilância do bem.

§3º. No caso do imóvel arrecadado estar situado em zona que impede o seu uso para os fins no disposto no § 1º deste artigo, caberá à Secretaria de Finanças e Administração solicitar a revisão do enquadramento do zoneamento ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação - CODUHAB, para fins de atendimento ao disposto neste artigo.

**Art. 15.** Respeitado o processo e o procedimento de arrecadação do bem imóvel, e quando decorridos 3 (três) anos da data da publicação do decreto de arrecadação do bem vago, sem manifestação do titular do domínio, passará o imóvel, na condição de bem público de uso especial, à propriedade plena do Município.

**Parágrafo único.** O Chefe do Poder Executivo baixará novo decreto, desta vez declarando o acesso da propriedade plena do imóvel em favor do Município, na condição de bem público de uso especial.

**Art. 16.** A Procuradoria-Geral do Município, pelo seu departamento patrimonial, adotará as medidas cabíveis para a regularização do imóvel arrecadado junto ao cartório de registro de imóveis, valendo-se, se necessário, da propositura de ação judicial, para que o bem imóvel arrecadado passe a incluir o rol de bens públicos de uso especial do Município de Ribeirão Pires.

**Art. 17.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 11 de outubro de 2022. 308º Ano da Fundação e 68º da Instalação do Município.

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**EDUARDO MONTEIRO PACHECO**  
Secretário de Finanças e Administração

Processo administrativo nº 6519/2010 – PMRP  
Publicado no órgão da imprensa oficial



**ANEXO I**

**Relatório Circunstanciado**

1. Descrição das condições do bem imóvel:

---

---

---

---

---

2. Descrição fática do estado de abandono:

---

---

---

---

---

3. Termo declaratório dos Confinantes:

---

---

---

---

---

4. Relatório fotográfico

### Convocação SESMT

Convocamos os funcionários abaixo relacionados para comparecer no dia 17/10/2022 às 08:00 horas no Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, localizado no Shopping Garden, sito: Rua Felipe Sabbag, nº 200 – 3º andar – Sala 4 G - Centro - Ribeirão Pires, para avaliação médica.

Matrícula	Nome
7157	ALESSANDRA CRISTINA G. BIMBATO
9892-2	ALEXANDRA BOTTACIN DOS SANTOS
10708	ARLENE COUTINHO CARVALHO
7536	CELIA REGINA DE OLIVEIRA ALVES
10287	EDVANIA DE LIMA ALVES
12542-2	FATIMA GONÇALVES DA SILVA
12767-2	FERNANDA FATIMA DA SILVA
13308	FLAVIA CAMILA DOS REIS OLIVEIRA
10850	FRANCISCO RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA
7666-3	HILMA BARBOSA DA SILVA BATISTA
12952	IVONE ALVES DE SOUZA E SILVA
7634-7	JOELMA BERNARDES BRAGA
4041	JOSEF FLAVIO CIOBANIUK ZALUCHI
12508	LIDIA HERMINIA ORMENEZI
13386	NEUSA MARIA DA SILVA
11011	NICEAS CARDOSO DA SILVA TOGNI
10099-2	NILCE CRISTINA SOUSA MOURA
11983	NILZA ARAUJO SOUZA
3261	SANDRA REGINA D ASSUMPCAO
13328	SONIA MARIA DIAS
4697	VANDERLEI JOSE BATELO